

economia

Indicadores Econômicos

Cotações do Dólar – (R\$/US\$)

31/3	Comercial		Turismo	
	Compra	Venda	Compra	Venda
	5,0681	5,0686	5,1700	5,2730

Fonte: Estado Continuo

Bolsa de Valores

MERCADOS	FECHAMENTO	
	31/Mar/23	Varição
Ibovespa	101.882,20	-1,77%
Dow Jones/NY	33.274,15	+1,26%
Nasdaq	12.221,91	+1,74%
S&P Merval	245.716,17	-2,35%

Fonte: Estado Continuo e bolsas de valores



Entendendo o arcabouço fiscal

Um dos temas econômicos de maior relevância da última semana foi a apresentação dos novos parâmetros para gestão das finanças públicas pelo governo federal. O novo arcabouço fiscal, como ficou conhecido, deverá substituir a regra do teto de gasto.

O tema relacionado a finanças públicas é espinhoso, pois, ao mesmo tempo em que lida com a gestão dos recursos públicos, envolve parâmetros técnicos que precisam ser obedecidos, entre outros fatores para garantir transparência e utilização eficaz dos recursos, respeitando e dando suporte à gestão democrática.

Contudo, é preciso termos claro que há problemas estruturais que envolvem as finanças públicas no Brasil, como a discussão sobre a divisão de recursos arrecadados entre as esferas e as obrigações (despesas) de responsabilidade de cada uma. A série histórica dos resultados do orçamento público brasileiro demonstra que historicamente apresentamos um déficit nominal. Ou seja, gastamos mais que arrecadamos. A contabilização do resultado do orçamento pelo conceito primário, como as metas de superávit primário, não considera a despesa com juros. É o resultado nominal que efetivamente demonstra se o resultado no caixa do setor público é positivo ou negativo.

Outro ponto importante a ser considerado é a dinâmica das finanças públicas, que em geral tem um ciclo contracíclico. Ou seja, nos momentos em que a economia está em recessão a demanda da sociedade pelos serviços públicos é maior, e conseqüentemente as despesas.

Disciplina e transparência

Ter uma regra para gestão do orçamento público é importante, de um lado, para disciplinar e estabelecer parâmetros aos gestores responsáveis pelas decisões de onde, como e quanto utilizar os recursos da sociedade. Isso não significa criar proibições a ponto de impedir a realização de serviços públicos.

Do outro lado, apresenta à sociedade maior transparência nos critérios de gestão, permitindo melhor acompanhamento e cobrança, além de minimizar as incertezas em torno das finanças públicas. Por isso, em geral, os agentes privados do mercado reagem positivamente a estas medidas, especialmente agentes do mercado financeiro, que são os principais credores do financiamento do déficit público.

O arcabouço fiscal proposto pelo governo federal será enviado para análise e votação do Congresso. Ente outras medidas propostas, a principal é a limitação da expansão da despesa pública a 70% da expansão da receita. O principal objetivo neste caso é limitar o crescimento das despesas em momento de crescimento econômico, em que a arrecadação tende a aumentar, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de redução dos gastos em momentos de queda de receita.

Juros altos atrapalham

Entre as metas propostas está a obtenção de um superávit primário (sem contar as despesas com juros) a partir de 2025. A partir de 2026 o arcabouço fiscal espera estabilizar a trajetória da dívida pública, o que em tese exige zerar o déficit nominal. Esta última meta é muito difícil de ser conseguida, sobretudo em um cenário de juros elevados ao redor do mundo, o que impõe despesas altas com pagamento de juros. Em 2021 o gasto com juros foi de pouco mais de R\$ 600 milhões. A meta estabelecida no arcabouço apresentado é de reduzir este montante em R\$ 350 milhões até 2025.

Entre as expectativas qualitativas na gestão das finanças públicas pelo Executivo está a ampliação dos gastos sociais e também da capacidade de investimento. Ao longo da análise pela Câmara e pelo Senado, alguns dos parâmetros deverão sofrer alteração.

Inegavelmente há metas ousadas, especialmente com relação à estabilização da trajetória da dívida pública. Entretanto, é saudável e necessário, inclusive ao processo democrático, termos parâmetros claros para a gestão das finanças públicas.

Material produzido por Sandro Renato Maskio, coordenador de Estudos do Observatório Econômico e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista de São Paulo

TRIBUTOS EM DIA

Adesão ao Programa Litígio Zero é prorrogada até 31 de maio

Os contribuintes que devem à União ganharam mais dois meses para renegociarem o débito. O Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal, também conhecido como Litígio Zero, teve o prazo de adesão prorrogado para as 19h de 31 de maio.

O programa permite a renegociação de dívidas tri-

butárias baseada na capacidade de pagamento do contribuinte, em troca da desistência de ações na Justiça (no caso de débitos inscritos na Dívida Ativa da União) ou de contestações administrativas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que julga na esfera administrativa débitos com o Fisco. A adesão pode ser solicitada online, no site da Receita, por meio de processo digital no Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal (e-CAC).

da ABr

Pix fecha 2022 como a forma de pagamento mais usada no Brasil

Durante o último ano foram realizadas 24 bilhões de transações em todo o País; TED ficou em segundo, mas lidera em valores

O Pix encerrou o ano de 2022 com mais de 24 bilhões de transações, média de 66 milhões de operações diárias, consolidando-se como meio de pagamento mais popular do Brasil, revelando a eficiência e grande aceitação popular da ferramenta, que trouxe conveniência e facilidades para os clientes em suas transações financeiras do dia a dia. As transações do Pix superaram as de cartão de débito, boleto, TED, DOC e cheques no Brasil, as quais, juntas, totalizaram 20,9 bilhões.

No ano passado, foram transacionados pelo Pix R\$ 10,9 trilhões, revela o levantamento feito pela Febraban sobre meios de pagamento, com base em dados divulgados pelo Banco Central e pela Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços). Neste quesito, o Pix está apenas atrás da TED (Transferência Eletrônica Disponível), que, no ano passado, transacionou R\$ 40,7 trilhões.

Com entrada em funcionamento em 16 de novembro de 2020, o Pix ultrapassou as transações feitas com DOC (Documento de Crédito) já em seu primeiro mês de funcionamento. Em janeiro de 2021, superou as transações com TED (Transferência Eletrônica Disponível). Em março do mesmo ano, passou na frente em número de transações feitas com boletos. Já no mês seguinte (maio), o Pix ultrapassou a soma de todos eles.

Em relação aos cartões, o Pix ultrapassou as operações de débito em janeiro do ano passado, e no mês de fevereiro foi a vez de passar na frente das transações realizadas com cartões de crédito.

“As transações feitas com o Pix continuam em ascensão, batendo recordes a todo momento, contribuindo para maior inclusão financeira. E nosso levantamento mostra que a população está usando o Pix como meio de pagamento de menor valor, como foi previsto à época do lançamento da ferramenta, fazendo com que o número de transações aumente em um ritmo acelerado. São pagamentos rotineiros do dia a dia, e desta maneira, o cliente evita o saque e transporte de dinheiro”, avalia Isaac Sidney, presidente da Febraban. “Já para transações maiores, a predileção é pela TED, e ainda há uma parte considerável em valores transacionados por boletos, com



POPULAR. Pix é utilizado para a maioria das compras nas ruas

R\$ 5,3 trilhões.”

Depois do Pix, os meios de pagamentos preferidos dos brasileiros foram o cartão de crédito (18,2 bilhões) e o cartão de débito (15,6 bilhões), seguido de boleto (4 bilhões), TED (1,01 bilhão) e cheques (202,8 milhões). O uso do DOC para transações financeiras ficou na última posi-

ção, com 59 milhões de operações.

Já em valores transacionados, após TED, pix e boletos, aparecem as operações com cartão de crédito (R\$ 2,09 trilhões), cartão de débito (R\$ 992 bilhões), cheques (666,8 bilhões) e por último o DOC (R\$ 55,7 bilhões).

(das Agências)

RECOLOCAÇÃO

Cidades da região têm 415 vagas de emprego nos centros públicos

Mesmo com o feriado de Páscoa, é possível aproveitar os três dias úteis da semana para buscar um emprego ou a recolocação no mercado de trabalho. Os centros públicos da região oferecem 415 vagas. A cidade com maior quantidade é São Bernardo, com 329 oportunidades. Em seguida vem Diadema (57), Santo André (20) e Ribeirão Pires (nove). As demais não informaram.

Em São Bernardo, chama atenção a quantidade de vagas para auxiliar de limpeza (40), controlador de entrada e saída (36), atendente de Lanchonete (30) e atendente de pedágio (15). Os interessados devem procurar a CTR (Central de Trabalho e Renda), no Poupatempo.

Em Santo André, os destaques são para costureira de máquinas industriais e mecânico de automóveis. Para as duas funções existem cinco vagas. Informações no Paço Municipal.

CAMP

O Camp Piero Pollone de Santo André oferece oportunidades para jovens de 18 a 21 anos. Estão abertas as inscrições para pessoas que desejam ingressar no mercado de trabalho.

A instituição localizada no bairro Jardim Ana Maria oferece programas de capacitação que preparam os jovens para atuarem como aprendizes nas empresas parceiras.

No momento, estão disponíveis colocações para aprendiz de comércio (Centro da Capital). Os interessados devem ser estudantes do ensino regular ou ter ensino médio concluído e disponibilidade para trabalhar aos sábados. O salário médio é de R\$ 888. Inscrições podem ser feitas no site www.campsantoandre.org.br.

da Redação

VAGA: VARREDOR(A) E AJUDANTE GERAL COM DEFICIÊNCIA

- MORAR NA REGIÃO DO ABC
- DEFICIÊNCIA COM LAUDO MÉDICO

OS INTERESSADOS DEVERÃO ENTREGAR CURRÍCULO POR:

- E-MAIL: CURRICULO@PERALTAAMBIENTAL.COM.BR
- ENDEREÇO: AV. PAPA JOÃO XXIII, Nº 4769, SERTÃOZINHO MAUÁ/SP

PERALTA AMBIENTAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
FONE: (11) 4543-6768

